

**JUSTI, Daniel Brasil\***

<https://orcid.org/0000-0001-6820-1624>

**SARTOR, Maria de Lurdes de Lucena\***

<https://orcid.org/0000-0002-7614-7821>

**RESUMO:** Pretendemos aqui, a partir da análise das relações entre gênero, sexualidade e religião, comparar concepções de duas instituições religiosas cristãs: a Igreja Contemporânea (IC) e a Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), especialmente a partir da atuação de suas principais lideranças, respectivamente, o pastor Marcos Gladstone e o pastor Silas Malafaia. Em ambas as realidades, os usos do passado são mobilizados tomando por base a referência que cada uma, a seu modo, faz da Bíblia e dentre múltiplas percepções da pluralidade do que é se autodenominar "cristão". Temos como um de nossos objetivos principais investigar os usos políticos em torno das concepções e do tratamento concernente às existências LGBTQIA+ nas duas denominações, bem como a capilaridade que tais posturas alcançam na sociedade do Brasil contemporâneo. Dessa forma, a partir dessa problemática específica, a investigação acerca das hierarquias de poder e produção de legitimidade nos referidos espaços também perpassa essa análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Existências LGBTQIA+, Experiências Religiosas, Cristianismo.

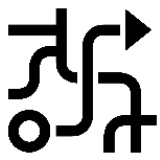
**ABSTRACT:** We intend here, from the analysis of the relations between gender, sexuality, and religion, to compare conceptions of two Christian religious institutions: the Contemporary Church (IC) and the Assembly of God Victory in Christ (ADVEC), especially from the performance of their main leaders, respectively, Pastor Marcos Gladstone and Pastor Silas Malafaia. In both realities, the uses of the past are mobilized based on the reference that each one, in their own way, makes to the Bible and among multiple perceptions of the plurality of what it means to call oneself "Christian". One of our main objectives is to investigate the political uses around the conceptions and treatment concerning LGBTQIA+ existences in both institutions, as well as the capillarity that such postures reach in contemporary Brazilian society. Thus, based on this specific issue, the investigation of the hierarchies of power and the production of legitimacy in those spaces also permeates this analysis.

**KEYWORDS:** LGBTQIA+ existences, Religious Experiences, Christianities

---

\* Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Estudos do Trópico Úmido, Faculdade de História. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Estudos do Trópico Úmido, Faculdade de História. Pesquisador da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Estudos do Trópico Úmido, Faculdade de História, coordenando os laboratórios: (i) Laboratório de História e Arqueologia: as memórias e materialidades do tempo; (ii) Laboratório de Teoria, Metodologia e Prática do Ensino de História. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Laboratório de História das Experiências Religiosas do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\* É doutoranda em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPP-GHC - UFRJ). Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGECC-UERJ). Possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea e do Brasil, tendo desenvolvido trabalhos nas áreas de História Social do Futebol, e Revolução e Guerra Civil Espanhola, esta última com ênfase em questões de gênero. Também atuou e desenvolveu pesquisas na área da Educação, com ênfase na alfabetização de pessoas jovens e adultas e desigualdades no acesso ao ensino superior.



Pretende-se aqui, a partir da análise das relações entre gênero, sexualidade e religião, comparar aspectos de duas instituições religiosas cristãs: a Igreja Contemporânea (IC) e a Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), que faz parte da Associação Vitória em Cristo (AVEC), especialmente a partir da atuação de suas principais lideranças: o pastor Marcos Gladstone e o pastor Silas Malafaia, respectivamente.

Temos como um de nossos objetivos principais investigar os usos políticos em torno das concepções e do tratamento concernente às existências LGBTQIA+<sup>1</sup> nas duas denominações, bem como o lugar que tal debate ocupa no funcionamento e alcance de influência dessas instituições. Dessa forma, a partir dessa problemática específica, a investigação acerca das hierarquias de poder e produção de legitimidade nos referidos espaços também perpassa essa análise.

Assim, a partir da investigação e estabelecimento de similitudes e diferenças entre tais instituições religiosas, pretende-se contribuir para a análise de seus funcionamentos e estruturas particulares, bem como para a discussão mais ampliada acerca da relação entre gênero, sexualidade e religião, sobretudo em denominações evangélicas em um sentido amplo.

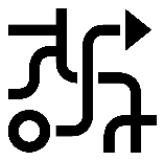
Destacamos ainda que, a despeito da relevância social do tema, não há ainda substancial produção historiográfica acerca da questão, conquanto saibamos que os trabalhos se avolumam nos campos da psicologia e da antropologia, de modo que temos também como objetivo diminuir essa lacuna, contribuindo para a ampliação da base documental sobre ele.

## APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, consideramos importante tecer algumas considerações acerca dos principais aspectos teórico-metodológicos que nos guiam. Nesse sentido, um primeiro destaque é o arcabouço teórico da História Comparada. Conforme apontado por HAUPT (1998), a adoção do método historiográfico comparativo não só orienta a escolha das problemáticas e caminhos da pesquisa, mas também possibilita uma ampliação do

---

<sup>1</sup> A sigla LGBTQIA+ é um termo que abarca dissidências tanto no campo das identidades de gênero quanto no tocante às sexualidades para se referir a pessoas que desviam de uma cis-heteronorma. As primeiras letras correspondem, respectivamente, a mulheres lésbicas, homens gays, pessoas bissexuais, transexuais e transgêneras, *queer*, intersexuais e agêneras. O símbolo + indica ainda a existência de outros corpos e identidades que fogem da cis-heteronorma, como travestis, pessoas de gênero não binário, etc.



horizonte dessas problemáticas, contribuindo para uma melhor definição do campo de análise. O autor indica que:

[...] estudos partindo de uma problemática comum podem analisar estruturas, processos e mentalidades em duas ou mais sociedades, seja para acentuar diferenças, seja para encontrar analogias, de qualquer maneira, para ampliar a base documentária e propor uma interpretação das evoluções baseadas no conhecimento de realidades sociais, econômicas e políticas diferentes. (HAUPT, 1998, p. 211)

Dessa forma, partindo da problemática comum em torno dos usos políticos a respeito das existências LGBTQIA+ em duas instituições religiosas, o presente texto pretende estabelecer relações que permitam a análise de suas estruturas e contribuir para a discussão mais ampliada acerca da relação entre gênero, sexualidade e religião, sobretudo em denominações evangélicas.

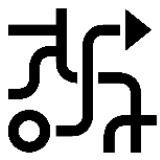
Com esse intuito, é necessário ressaltar inicialmente a grande heterogeneidade que o termo “evangélicos” abarca, a despeito do efeito homogeneizador que sua utilização muitas vezes carrega. Essa heterogeneidade, em parte, é o que nos levou à escolha das instituições que são objeto deste texto. Conforme aponta Almeida: “evangélico, mais do que em qualquer outro momento de sua história, no Brasil, é um termo em acirrada disputa entre os que se autodeclaram dessa forma” (ALMEIDA, 2016, p. 6).

Assim, ao comparar as duas instituições, a Igreja Contemporânea (IC) e a Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), observa-se que se estabelecem disputas em torno de diferentes concepções sobre as definições e a legitimidade das vivências e famílias LGBTQIA+, assim como sobre a própria legitimidade de autodeclaração enquanto “evangélico”, conforme abordaremos posteriormente.

Por conseguinte, a heterogeneidade do termo se dá não só por ser um grande “guarda-chuva” que abarca as mais diversas denominações protestantes/evangélicas<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> Uma divisão clássica no protestantismo é a que separa as chamadas igrejas históricas e as pentecostais. No primeiro grupo temos sobretudo as correntes anglicanas, luteranas, presbiterianas, batistas, metodistas e arminianas/calvinistas (ainda que essas sejam doutrinas e não denominações). Já no segundo grupo, no Brasil, as principais denominações são: Assembleia de Deus e igrejas Quadrangular, Deus é Amor, Congregação Cristã, entre outras. A partir da segunda metade do século XX, com o início de um processo de espetacularização e tele-evangelização, o grupo das pentecostais se desdobra também em neo-pentecostais das quais temos como principais ícones os pastores Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus – IURD), R. R. Soares (Igreja da Graça), Valdemiro Santiago (Igreja Mundial do Poder de Deus) e Silas Malafaia, após o rompimento com a Assembleia de Deus denominacional. A última definição é objeto de disputas no interior das próprias Assembleias de Deus, reunidas em convenção nacional, e demais



mas também pelas concepções, atuações políticas e disputas estabelecidas entre seus diversos atores. Assim, buscando dar conta das demandas basilares sobre “como decidir que dois objetos são comparáveis? Como compará-los? E sobretudo, por que compará-los?” (HAUPT, 1998, p. 211), nosso intuito é justamente investigar duas denominações que, estando no escopo comum do que se compreende como “igrejas evangélicas”, apresentam diferenças decisivas, assim como um diálogo e disputa entre si, observando, portanto, a diversidade interna a uma categoria (evangélicos), muitas vezes vista como homogênea.

Nesse sentido, Maier (1992-1993) levanta um ponto central para esta análise que reside no aspecto concernente às disputas imersas em relações de poder nas instituições objeto deste texto, bem como às potencialidades do arcabouço teórico-metodológico comparativo:

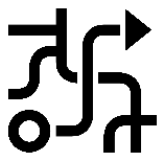
O fim último de um historiador que adote o método comparativo deveria ser o de interrogar-se acerca da distribuição do poder, da riqueza e dos *status* existentes em qualquer situação, ou sobre as crenças e símbolos em torno das quais as sociedades examinadas foram organizadas; se não se faz isso, o trabalho está fora de lugar. O historiador deve ter uma familiaridade suficiente com toda a sociedade para compreender seus mecanismos institucionais (MAIER, 1992-1993, p. 29).

Perceber a dimensão de disputa entre uma e outra igrejas, utilizando o método comparativo, nos permite complexificar o olhar analítico e crítico sobre as particularidades, diferenças e semelhanças entre cada uma das instituições para notar que ainda que pareçam estar em polos opostos, as duas instituições possuem também incontáveis semelhanças desde o âmbito da estrutura de suas instituições, até mesmo às práticas, concepções e objetivos delas. Dessa forma, conforme aponta Maier (1992-1993), a historiografia comparada enquanto forma sistemática de indagação social permite perceber aspectos comuns em ambientes diferentes, bem como analisar elementos diversos, embora semelhantes sob algum ponto de vista. Resgatando John Stuart Mill, o autor aponta:

(...) o que John Stuart Mill codificaria a partir de então como o "método da diferença", juntamente com o "método da concordância", base fundamental e procedimento da comparação científica (A System of Logic [Um sistema de lógica], 1843). O método da

---

vertentes. Associamos, aqui, Malafaia ao grupo neopentecostal muito mais por suas práticas do que pela retórica autoproclamada.



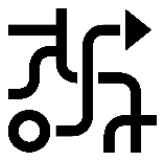
diferença significa buscar variáveis estrategicamente diversas, em situações semelhantes sob outros pontos de vista, de forma que os diferentes aspectos possam ser explicados; pelo contrário, o método da concordância envolveria a identificação de aspectos comuns, em diferentes contextos de outros ângulos de visão, que são capazes de causar fenômenos paralelos. (MAIER, 1992-1993, p. 12)

É nessa perspectiva que o presente texto pretende contribuir para o alargamento desse campo de análise, utilizando-se tanto do “método da diferença”, que em princípio nos levou à escolha dessas duas denominações específicas enquanto objetos em comparação neste trabalho, quanto o “método da concordância” que vislumbramos que pode ser de grande utilidade, conforme se dê o aprofundamento da discussão.

Portanto, é importante ter em conta o alerta de Maier sobre o perigo de que o pesquisador se limite a perceber somente os “contrastos que saltam à vista de maneira imediata” (MAIER, 1993, p. 29, tradução nossa). Para fugir de tal armadilha, o autor aponta que uma investigação histórica comparada deve ir além de uma simples “justaposição mecânica de fenômenos superficialmente confrontáveis” (*Ibidem*), recomendando então a imersão na cultura estudada por um significativo período que permita conhecê-la. Nesse sentido, a aproximação com o objeto se dará através da análise sistemática de materiais produzidos pelas lideranças dessas igrejas, visando a orientar e determinar o comportamento de seus seguidores, bem como propagandear sua denominação.

Outro aporte teórico-metodológico importante nesta pesquisa é aquele trazido por Carlo Ginzburg (1989), em sua defesa da busca por indícios através de um paradigma indiciário. O modelo epistemológico de interpretação proposto pelo autor permite a construção e investigação de micro-histórias nas quais a base da investigação não está nas características mais aparentes do fenômeno analisado, mas na busca de pistas, de indícios, em suma, de “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 149).

Através da perspectiva do paradigma indiciário, o autor argumenta que elementos formais de um documento podem ser meios para encontrar tais indícios reveladores. Dessa maneira, a frequência com que palavras e frases são repetidas em um texto, por exemplo, podem dar pistas sobre o que se estuda. Conforme apontaremos a seguir, a repetição exaustiva da expressão “homem e mulher”, efetuado por Silas Malafaia ao caracterizar o que entende por família, nos dá pistas não só sobre o dito, o que foi incluído, como também sobre o não-dito, o que não cabe, que está não só excluído, mas veementemente excluído de sua definição.



Destaca-se, assim, o caráter dialógico dos documentos e sua riqueza etnográfica. Nesse sentido, consideramos como uma referência a ser explorada a intersecção cada vez mais frequente entre a Antropologia e a História Comparada, conforme apontado por MAIER (1992-1993, p. 27). Sobre os diálogos interdisciplinares, consideramos profícuo também o apontado por Ginzburg (1989) entre a História e a Etimologia na busca pela compreensão dos significados que as palavras assumem nos contextos sociais em que são empregadas. Assim, é possível perceber, por exemplo, palavras comuns nos discursos dos pastores Marcos Gladstone e Silas Malafaia, como a palavra “família”, mas que assumem significados e sentidos distintos. Ou ainda, significados distintos numa primeira mirada, mas que podem guardar semelhanças à luz de uma análise mais aprofundada.

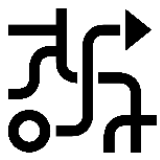
É importante destacar aqui que falar em semelhança entre esses conteúdos semânticos não significa falar em igualdade. É nesse aspecto que Ginzburg (2012) trabalha o conceito de isomorfismo ao falar da relação entre ritos e mitos, apontando as semelhanças não no sentido de coincidências, mas de isomorfismos, mais ou menos parciais, que podem indicar um núcleo narrativo comum e paralelismos múltiplos que dão pistas sobre “questões mais importantes” (GINZBURG, 2012, p. 253). É nesse sentido que podemos pensar o acionamento do conceito de “família” nos discursos das duas lideranças investigadas neste artigo, estabelecendo não só suas diferenças mais evidentes, mas os isomorfismos presentes que nos permitem acessar “questões mais importantes” sobre, por exemplo, os mecanismos através dos quais buscam legitimar suas concepções, existências e autoridades.

## **EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS, GÊNERO, FAMÍLIA E PODER**

Dois dimensões sociais cardinais, a espiritualidade e o gênero<sup>3</sup>, apresentam incontáveis intersecções, arranjos, conciliações e conflitos em seu bojo. No Brasil contemporâneo, chamam atenção, por um lado, uma LGBTfobia cada vez mais crescente

---

<sup>3</sup> Ao abordar gênero aqui estamos falando das noções relativas às masculinidades e feminilidades que prescrevem, conformam e/ou subvertem normas no tocante às identidades e às sexualidades. Essa é uma definição ampla que serve à discussão que empreendemos aqui. Porém, para um aprofundamento nesse conceito, pode-se verificar Scott (1995).



que tem em seu lastro um índice aberrante de crimes de ódio<sup>4</sup>, muitos deles ancorados em discursos religiosos intolerantes, e, por outro, pessoas e instituições religiosas, em um número que tem crescido desde o final da década de 1990<sup>5</sup>, que buscam construir espaços e elaborar visões religiosas de mundo que acolham as existências LGBTQIA+.

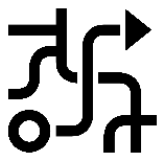
De modo a nos aproximarmos desse cenário, cabe traçar breves considerações a respeito da construção da temática e existência LGBTQIA+ no debate público brasileiro. Um marco nas últimas décadas pode ser localizado na década de 1980 quando, devido à pandemia do vírus HIV e da AIDS, um debate público em torno da doença se difunde e ela é erroneamente conectada à população “gay”, sobretudo masculina, uma etiqueta discriminatória que associava a homossexualidade ao vírus e à doença acarretada por ele. A mirada patologizante que se verifica também pelo uso do termo “homossexualismo”<sup>6</sup>, além das associações entre a AIDS e as sexualidades que escapam à heteronorma, ganha grande espaço e atenção na mídia de massa e na sociedade. Elias Ferreira Veras e Joana Maria Pedro (2015) atestam que a mídia, incluindo revistas de grande circulação como *Veja* e *Isto É*, foi grande responsável pela difusão de expressões como “câncer gay” e “peste gay”, que associavam o HIV e a AIDS a grupos LGBTQIA+ (VERAS e PEDRO, 2015). Segundo os autores, longe de serem neutros, esses veículos construam e estimulavam narrativas estigmatizantes em relação às doenças:

Mais do que informar os leitores sobre uma questão de saúde até então desconhecida, os meios de comunicação atualizaram preconceitos, medos e vergonhas já relacionados ao câncer e à peste. Como o câncer, a Aids passou a ser sinônimo de morte. A imagem de uma caveira encapuzada era bastante comum nas reportagens sobre a doença. Como a peste, a epidemia foi associada a um castigo divino. (VERAS e PEDRO, 2015, p. 1)

<sup>4</sup> O Grupo Gay da Bahia elabora anualmente uma estatística de mortes violentas do grupo que eles designam como LGBTI+ no Brasil, o mais recente relatório encontra-se em: <https://static.poder360.com.br/2021/05/Observatorio%E2%80%90de%E2%80%90Mortes%E2%80%90Violentas%E2%80%90de%E2%80%90LGBTI-13mai2021.pdf> Acesso em 09/10/2021.

<sup>5</sup> Fátima Weiss de Jesus (2010) menciona em seu artigo a pesquisa de campo que vinha elaborando, bem como os trabalhos de Regina Fachini, em 2005, Marcelo Natividade, em 2003 e 2006, e André Musskopf, em 2004, para localizar um crescimento no número do que ela chama de “Igrejas Inclusivas” no Brasil desde o final da década de 1990.

<sup>6</sup> O sufixo “ismo” é costumeiramente utilizado para a nomenclatura de doenças, nomear a prática homossexual como “homossexualismo” se insere no contexto de patologização desse tipo de sexualidade e tem sido questionado por inúmeros movimentos sociais ligados a orientações sexuais dissidentes da heteronorma, sendo preferível então, entre outros, o termo “homossexualidade”. Inclusive, entendida e classificada como doença, a homossexualidade só perderia esse status em 17 de maio de 1990, há 31 anos, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a retirou da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID).



Além da mirada nefasta sobre as doenças, trazendo uma carga simbólica extra para quem as experiencia, a ideia de que elas seriam um “castigo divino” parte de um preconceito que sustenta essa narrativa e é direcionado à comunidade LGBTQIA+. No entanto, ainda que carregado de estigmas, percebe-se que o tabu que enseja um silenciamento sobre as sexualidades e identidades de gênero LGBTQIA+ começa a ser, em parte, quebrado conforme esse debate entra na agenda pública.

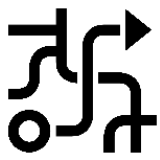
Outra seara onde a sexualidade não-heterossexual e, em menor medida, as identidades não cissexuais vão estar cada vez mais representadas a partir da década de 1980 será nas formas populares de arte, através de artistas da música, das artes visuais e dramáticas que alcançam grande visibilidade e se tornam ícones. Nesse período, as identidades LGBTQIA+ são representadas de maneira mais aberta do que em qualquer momento anterior. Isso vale tanto para o contexto internacional quanto nacional onde figuras como Ângela Ro Ro, Ney Matogrosso, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Renato Russo, Cazuza, Cássia Eller, Roberta Close, entre outras, fazem com que esse tema se torne cada vez mais presente na agenda pública brasileira.

Outro interessante ponto de partida para observar histórica e criticamente as disputas entre existência/visibilidade x estigmatização/invisibilidade da população LGBTQIA+ é a maneira pela qual o tema é tratado do ponto de vista das políticas públicas do Governo Federal. Trata-se de um breve e resumido percurso aqui apresentado que situa, tanto quanto possível em um artigo científico de tamanho e escopo limitados, o contexto a partir do qual é possível analisar a possibilidade de existência LGBTQIA+ nas décadas recentes do Brasil:

Ano	Governo   Ações e medidas
	<b>Luiz Inácio Lula da Silva</b>
<b>2003<sup>7</sup></b>	Tratamento do tema fora do âmbito do Ministério da Saúde.

<sup>7</sup> PEREIRA (2022) salienta que as políticas voltadas para a população “LGBTI+” não tiveram início nesse ano, no entanto, ideias em planos de Governo e diálogo/tensões com movimentos sociais transformaram, gradativamente, esse cenário. As ações da década de 1990, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso estavam vinculadas ao Ministério da Saúde e associadas ao combate à AIDS. Esse caráter instrumental e, de certa forma, parcial, conhece sua transformação apenas no início dos anos 2000. O que mais chama atenção é o caráter instrumental com que a população “LGBTI+” conhece sua existência. Além disso, não deixa de ser curioso o fato de que, do ponto de vista de Programa de Governo, na história do Brasil, apenas nos anos 2000 é que tal



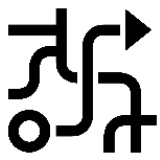


<b>2004</b>	Lançamento do programa “Brasil sem homofobia”: projeto transversal com previsão de ações na segurança, educação, cultura etc. A transversalidade foi importante movimento de inserção da população “LGBTI+ <sup>8</sup> ” na agenda pública federal, ainda que sem a dimensão consolidada de uma área específica.
<b>2005</b>	Inclusão de ações específicas para políticas públicas LGBTI+ no orçamento da União. Ainda que não tivesse uma rubrica específica como um programa, considera-se de destacada relevância ter recursos alocados especificamente para a área.
<b>2008</b>	1ª Conferência Nacional “GLBT” com a presença do Presidente da República.
<b>2009</b>	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT; Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.
<b>2010</b>	Reformulação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação com a inclusão da população “LGBT” em área exclusiva.
<b>Dilma Vana Rousseff</b>	
<b>2011<sup>9</sup></b>	Lideranças conservadoras católicas e a crescente Frente Parlamentar Evangélica criam o apelido “kit gay” produzido pelo programa “Escola sem Homofobia”; 2ª Conferência Nacional “LGBT”: ausência da Presidenta no evento e tensão entre a criação de novas ações x aprofundamento da realização de propostas presentes no documento gerado a partir da 1ª Conferência.
<b>2015</b>	Criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Exclusão de ação orçamentária exclusiva para políticas LGBTI+, embora continuassem a ser financiadas. Possivelmente um sintoma de redução de atenção e/ou destaque da atenção aos referidos grupos sociais.
<b>2016</b>	3ª Conferência Nacional “LGBT”: a concomitância da atividade com outros eventos ligados aos direitos humanos foi vista como uma espécie de um passo a mais rumo à competição por atenção e recursos outrora exclusivos. Somado a isso, o não anúncio do decreto que regulamentava a legalidade do uso de nome social por servidores(as) na administração pública federal durante o evento gerou mal-estar, muito embora ele tenha sido editado posteriormente.

população comece a ser “vista” pelo poder público para além dos rótulos discriminatórios e preconceituosos.

<sup>8</sup> Embora o termo se apresente de forma diferente daquela que temos empregado no texto, procuramos respeitar a grafia e entendimentos dos autores (PEREIRA (2002) e RODRIGUES (2021), já mencionados) a partir dos quais montamos esse quadro-síntese.

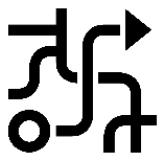
<sup>9</sup> Contextualizando o momento de transição nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, Pereira (2022) relembra que houve forte tensão entre lideranças católicas e evangélicas com a candidatura da então candidata a respeito de pautas relativas ao aborto e temas “concernentes à família”. No que diz respeito a assuntos relacionados à população LGBTI+, um fato absolutamente marcante foi o veto presidencial à distribuição de material didático produzido pelo programa “Escola sem Homofobia” em decorrência da pressão de parlamentares conservadores.



<p><i>Impeachment</i> da Presidenta Dilma em 2016. Ao longo do espalhafatoso processo de votação da matéria, muitos parlamentares declaravam “defesa da família” em suas falas;</p> <p>Ainda em 2016, Michel Temer extingue o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, transfere-o para o Ministério da Justiça e o refunda, em 2017, como Ministério dos Direitos Humanos. As políticas para a população “LGBTI+” pouco mudam.</p>	
<b>Michel Miguel Elias Temer Lulia</b>	
<b>2018</b>	Reinserção de ações específicas para políticas públicas “LGBTI+” no orçamento da União.
<b>Jair Messias Bolsonaro</b>	
<b>2019 – 2020</b>	<p>Retorno da expressão “kit gay” pela campanha do então candidato e fortíssimo apelo conservador na disputa de 2018, referendando as ações anteriores aqui mencionadas, além de um conjunto significativamente grande do que ficou conhecido posteriormente como “<i>fake news</i>” e o “Gabinete do Ódio” (espaço de disparo em massa de mensagens – <i>fake news</i> – em sua quase totalidade);</p> <p>Renomeação do Ministério dos Direitos Humanos para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares Alves é nomeada. Dois fatores são marcantes neste momento: a força e protagonismo da Frente Parlamentar Evangélica, de cunho extremamente conservador, e, a frase “Menino veste azul e menina veste rosa”;</p> <p>Outras três ações ferem frontalmente as políticas públicas neste tema: a reformulação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação com a extinção de vários conselhos – a ação do Superior Tribunal Federal aponta para a impropriedade de se extinguir conselhos citados em lei, o que leva à nova formulação do Conselho e ao esvaziamento da representatividade de pessoas LGBTQIA+; a de extinção de rubrica específica no orçamento para atividades dessa natureza e/ou vinculação de verbas a emendas ao orçamento para parlamentares ligados a esta pauta; e, por fim, a revogação da 4ª Conferência Nacional “LGBT”<sup>10</sup>;</p> <p>Em 2019 o Ministério conduzido por Damares Alves executou menos de 5% de todo seu orçamento e, em 2020, o Departamento de Promoção dos Direitos LGBT, então vinculado à Secretaria Nacional de Proteção Global, gastou pouco mais de 20% de seus recursos, enquanto a diretoria LGBT não executou nenhum centavo.</p>
<b>2021</b>	Fim definitivo do Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT e inclusão de ações nesse sentido ao recém-criado Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e Populações em situações de Risco.

**Tabela 1:** Resumo das políticas públicas do Governo Federal voltadas para a população LGBTQIA+ entre 2003 e 2021, elaborada pelos autores com base em Pereira (2022) e Rodrigues (2021).

<sup>10</sup> Rodrigues (2021) ainda destaca o veto a campanhas de prevenção à AIDS pelo Ministério da Saúde, extinção da SECADI e tentativa de reverter a decisão do STF que equiparou a discriminação a pessoas LGBTI+ ao racismo em julho de 2019. Veto ao financiamento de produção audiovisual relacionados à diversidade de gênero e sexualidade. Aponta o caráter programático da Ministra Damares Alves.

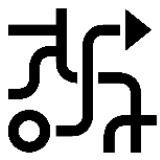


Percebemos, assim, que as existências LGBTQIA+ se tornam cada vez mais pautadas na sociedade como um todo a partir da década de 1980. No entanto, essa maior visibilidade da temática LGBTQIA+ nas décadas seguintes acaba engendrando, pela sua grande capacidade de mobilização, uma LGBTfobia que se torna cada vez mais uma plataforma política moral para a projeção de alguns grupos religiosos. Podemos falar de um movimento evangélico, em um sentido amplo, que transforma uma questão moral em uma pauta de agenda pública com objetivos políticos, inclusive no que se refere à política oficial realizada no âmbito dos pleitos eleitorais.

Destacamos nesse movimento, sobretudo, as concepções desenvolvidas no bojo da “Teologia do Domínio”, que marcam especialmente o avanço de denominações neopentecostais (CHUVA, 2019). Segundo essa concepção, estaria em curso uma “batalha espiritual” contra as forças do “inimigo”, e os indivíduos identificados com a fé evangélica estão no centro dessa disputa contra as “forças do diabo”, devendo participar ativamente dessa batalha. Partimos da hipótese de que as temáticas de gênero e sexualidade ocupam um papel de destaque na conformação desse antagonismo, que consideramos se constituir em um dos pontos principais de mobilização dos “fiéis” ao construir, em um mesmo movimento, tanto uma alteridade pecaminosa a ser combatida quanto uma identidade virtuosa compartilhada do que é “ser evangélico”.

À vista disso, em um contraponto com tais grupos religiosos conservadores que estigmatizam e violentam pessoas LGBTQIA+, Fátima Weiss de Jesus (2010) analisa o surgimento de denominações religiosas que configuram “igrejas inclusivas” para esse público, dentro do contexto que nos propomos a analisar aqui de usos políticos dessa pauta. Weiss localiza o surgimento dessas igrejas no Brasil, sobretudo a partir de 2004, em um contexto inédito na sociedade brasileira em que um grupo politicamente minoritário, que está no foco de uma agenda conservadora de viés político, logra institucionalizar uma conciliação entre as identidades e vivências LGBTQIA+ e a religiosidade cristã. Esse movimento acaba criando algo que até esse período parecia incompatível: espaços onde a sexualidade professada ou assumida se consolidam como instituições religiosas. Trata-se de um momento marcante na história brasileira por ser a primeira vez em que se observa a institucionalização de denominações religiosas que acolhem e consideram legítimas as existências LGBTQIA+.

É nesse contexto que é criada, em 2006, a Igreja Contemporânea, uma das instituições objeto dessa análise, a qual, de acordo com a versão colhida na descrição do



seu *site* oficial, seria uma “denominação que prega um evangelho inclusivo a todos, sem preconceito. Seja você lésbica, gay, hétero, agênero, trans, não binário ou alguma outra nomenclatura existente”<sup>11</sup>. Como contraponto, pretende-se compará-la à Assembleia de Deus Vitória em Cristo, conhecida pelas declarações de seu principal pastor, Silas Malafaia, em que a chamada “prática sexual entre pessoas do mesmo sexo” é recorrentemente qualificada como uma “abominação” (MALAFAIA, 2010, p. 87).

Consideramos fecunda uma aproximação inicial com o objeto através da leitura crítica, histórica e contextualmente situada dos discursos e produções bibliográficas das figuras de liderança de ambas as instituições. Assim, ainda que pareça evidente, constitui exercício profícuo e próprio do fazer científico problematizar mesmo os aspectos que pareçam corriqueiros nas organizações sociais. Nesse sentido, não é demais ponderar sobre o papel que tem a autoridade em uma comunidade religiosa. Pastores são vistos como representantes e intérpretes privilegiados da autoridade divina, tendo sua própria autoridade uma força e legitimidade que inibe contestações. Portanto, as interpretações e orientações que essas lideranças propagam têm um grande peso prescritivo, já que seriam sinônimos da vontade e da verdade divina.

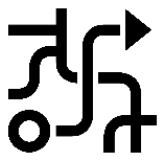
Dessa maneira, é interessante pensar no papel que Silas Malafaia e Marcos Gladstone, como principais pastores de suas respectivas igrejas, exercem nessas instituições. Seja através dos cultos, de aconselhamentos privados ou de materiais escritos e audiovisuais, essas lideranças prescrevem ideias, posturas e comportamentos às “ovelhas” que orientam, não somente no âmbito religioso, mas também no que diz respeito a questões seculares.

Ambos os pastores têm livros publicados abordando as composições familiares, tema apresentado pelos dois como central. A família como “projeto” divino aparece no discurso das duas lideranças em diversos momentos: Gladstone fala do “precioso projeto de Deus chamado família” (GLADSTONE, 2016, p. 32) e Malafaia diz que os lares são espaços que “Deus projetou” (MALAFAIA, 2010, p.9). No entanto, os conceitos de família acionados por um e por outro, ainda que ancorados em um mesmo campo que podemos chamar de “cristão” são mais do que distintos, conflitantes.

Para Malafaia, a família é uma organização única, que não admite variações, composta por um homem unido em matrimônio a uma mulher e a prole gerada diretamente

---

<sup>11</sup> Tal descrição consta no site oficial da Igreja Contemporânea: <https://www.igrejacontemporanea.com.br/> Acesso em 29/07/2022.



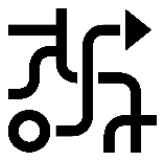
por esse casal. Isso é o que ele chama de “família tradicional”, que se constitui, por sua vez, como o “alicerce da sociedade” (MALAFAIA, 2011, p.9). Ao mesmo tempo em que destaca a “força” da família ao caracterizá-la como “alicerce”, ela é também revestida de um discurso que remete à fragilidade e necessidade de proteção e vigilância constante, uma vez que esse “alicerce” estaria ameaçado, implicando o temor de que toda a estrutura sustentada por essa base venha a ruir.

Dessa forma, é notável nas falas do líder da ADVEC que aquelas pessoas que escapam à cis-heteronorma são não somente excluídas do que ele compreende como família, mas também consideradas uma ameaça a essa instituição. Em 2009, em debate promovido pela rádio Melodia FM, na qual Malafaia e Gladstone se enfrentam, isso fica evidente na argumentação do primeiro no sentido de taxar as existências LGBTQIA+ como sendo “monstruosas” e parte de uma ameaça à família:

(...) o que a Bíblia trata é que Deus fez macho e fêmea, a imagem de Deus compreende macho e fêmea, a imagem de Deus não compreende a homossexualidade, nem andróginos, Deus não fez monstros ... e a verdade, minha gente, aqui tem que se dizer: os grupos homossexuais, olha, são até inteligentes, não são burros, não, eles conseguem colocar na sociedade que a crítica à prática é discriminação. Olha que safadeza essa, criticar comportamento não significa criticar pessoas. Se critica Deus, se critica diabo, se critica pastor, se critica padre, se critica igreja evangélica e vale. É o estado democrático de direito, mas se criticar homossexual, quer te processar (...) e o amigo aqui, [se refere a si mesmo] por pregar contra a prática, já me mandaram pro Ministério Público Federal, só que eu não tenho medo disso, já tentaram barrar meu programa no Ministério da Justiça, impedindo meu programa, sabe por quê? Tem alguma coisa que eles não suportam: a crítica. (ROSE, 2009 – Minuto 10:25 ao 11:37)

A construção das existências LGBTQIA+ enquanto uma ameaça é feita através de uma inversão da questão, onde o problema deixa de ser a discriminação em si e passa a ser a sua denúncia, qualificada não só como uma “safadeza”, mas como fruto de um cálculo consciente, de uma “inteligência” que mascararia uma agenda oculta e não uma atitude legítima e de autopreservação. Nessa fala, o pastor alega também criticar a prática e não as pessoas, ainda que ele as tenha nomeado de “monstros” no minuto anterior.

Em seu livro *Vínculos do amor* (2011), podemos encontrar mais uma vez a concepção prescritiva de família defendida por Malafaia: “A família é o grande projeto de Deus para o ser humano. É nela que homem e mulher na condição de macho e fêmea, conforme foram criados por Deus – têm suas necessidades físicas e psicológicas de amor, companheirismo e sexo satisfeitas (...)” (MALAFAIA, 2011, p. 17). Somente nas duas



páginas iniciais desta obra o pastor repete a dupla homem-mulher outras quatro vezes, estabelecendo não somente o que seria uma família, mas o que seria uma família “legítima” (grifo nosso) segundo ele, uma: “(...) união voluntária e estável de um homem e uma mulher (...) de modo que se estabeleça uma família legítima” (MALAFAIA, 2011, p. 17).

O tema do “homossexualismo”, como ele nomeia, é relegado pelo pastor à seção em que indica o que deve ser evitado para preservar a família, no capítulo intitulado “Práticas que contrariam o padrão estabelecido por Deus”. No referido capítulo, o autor descreve diversas “práticas” consideradas maléficas à família, entretanto, a única que é vista como uma “abominação” é o que ele denomina “prática homossexual”<sup>12</sup>.

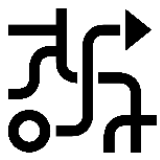
Assim, ao longo do livro, Malafaia mais do que orienta, prescreve quais as atitudes que seu interlocutor deve tomar para manter esse alicerce, a família, intacto. É importante frisar que esse interlocutor para o qual são indicadas várias atitudes para que se torne melhor e fortaleça sua família é masculino e heterossexual: “Que esta leitura o conscientize (...) e o ajude a estruturar-se para ser um filho, um cônjuge e um pai melhor” (MALAFAIA, 2011, p. 13). Interlocutoras mulheres são ausentes e interlocutores LGBTQIA+ são tratados como abominações que não deveriam existir. Dessa forma, para proteger a família da ameaça que a ronda, envolta em um discurso apocalíptico, as figuras de pai, filho e cônjuge masculino heterossexual precisam se conscientizar, mas as pessoas LGBTQIA+ são retratadas como ameaças a serem eliminadas.

Ainda que o líder da AVEC reiteradamente ataque pessoas de gêneros dissidentes<sup>13</sup>, seria equivocado afirmar que elas não estejam presentes nas igrejas ligadas à AVEC, tendo em vista que a denominação religiosa alcança e visa atingir um público amplo e faz parte de um projeto de grandes proporções que engloba uma atuação institucional no Estado, além de diversos projetos sociais, uma editora, canais nas mídias digitais etc. No entanto, por serem identidades discriminadas e “condenadas” nesses

---

<sup>12</sup> Cabe dizer que a homossexualidade já foi condenada, tendo a Bíblia como base, em outros períodos históricos. Gomes (2015) fala de como, em Portugal, no início do período moderno, a homossexualidade era caracterizada como o “pecado nefando”. Outra semelhança em um ensaio de genealogia da argumentação do líder da AVEC tem a ver com o fato de que entre uma gama de proibições consideradas violações às leis de Deus, a homossexualidade recebia uma qualificação a mais, era “um dos principais desvios morais a ser perseguido” também naquele contexto.

<sup>13</sup> Por “gênero dissidente” nos referimos a pessoas que desviam de uma cis-heteronorma, ou seja, aquelas pessoas abarcadas na sigla LGBTQIA+.



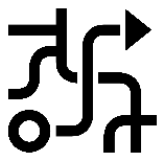
espaços, Malafaia não se dirige diretamente a elas como interlocutoras, mas diz: “Se você conhece algum homossexual, diga-lhe que Deus tem perdão para ele em Cristo, se ele se arrepender de seus pecados e abandonar as práticas homossexuais” (MALAFAIA, 2011, p. 88).

O debate em torno da família também é um elemento central no discurso do pastor Marcos Gladstone, da Igreja Contemporânea. Destacaremos aqui as diferenças fulcrais e que são construídas como antagônicas pelas duas instituições, que constituem, portanto, um campo de disputas virulento. É justamente a partir de uma argumentação sobre quem compõe uma família que Marcos Gladstone inicia o seu livro *Amor entre iguais em 10 lições* (2016). Na obra, o autor apresenta a sua concepção acerca da família através de afirmações em que um interlocutor relutante fica implícito, e ao tratar do “reconhecimento de um novo núcleo familiar formado por casais do mesmo sexo”, o pastor indaga: “sim, são famílias e por que não seriam?” (GLADSTONE, 2016, p. 15). A maneira como a argumentação é construída já nos dá pistas de que se trata de uma concepção dissidente, que está em interlocução, conflitiva, com uma outra concepção construída enquanto norma. Trata-se, portanto, de uma busca por construir outros arranjos familiares não-normativos, também como legítimos.

O pastor da Igreja Contemporânea vai ainda mais longe na direção contrária à do líder da AVEC, apresentando uma perspectiva na qual a união homoafetiva não somente é colocada como legítima, mas alçada a um patamar mais virtuoso que a de relações heterossexuais: “Hoje em dia, neste estágio de decadência do casamento dito tradicional, vemos heterossexuais de um lado se divorciando e, do outro lado, homoafetivos na luta para construir um relacionamento duradouro” (GLADSTONE, 2016, p.15).

Esse diálogo implícito na obra do pastor Marcos Gladstone se concretiza diretamente no mencionado debate entre os pastores promovido pela Rádio Melodia FM em 2009. Ao comparar ambas as argumentações, percebe-se que não se trata somente de perspectivas diferentes quanto a um mesmo tema, mas de uma disputa. Assim, Gladstone inicia o debate afirmando:

Quero dizer pro Brasil que eu sou pastor, eu sou homossexual, nasci homossexual, não me tornei homossexual durante a minha vida, e estava com problema até então porque a igreja não me tinha uma resposta. E aí eu fui atrás do que a Bíblia tinha para me dizer e como a palavra de Deus, palavra que a gente acredita, palavra que eu vivo, amo. Primeiro eu quero mudar um conceito, não existe “prática homossexual”, existe o homossexual, a identidade homossexual, não é um outro sexo, né? Quem é



homossexual é homossexual, quem é heterossexual é heterossexual. A gente não pode confundir a homossexualidade com uma prática, com o coito, né, assim, sexual, com outro homem. Homoafetividade é estar junto, é compartilhar ... eu me casei, no último dia 20, com o meu companheiro, nós temos uma vida a dois de família. (ROSE, 2009 – Minuto 1:24 ao 2:01)

Após a fala de Gladstone, Silas Malafaia inicia sua argumentação refutando os exemplos históricos trazidos por seu debatedor, sustentando nesse momento que sua argumentação tem por base a Bíblia, cuja veracidade, sendo a representação da verdade divina, estaria acima de qualquer contestação, afirmando enfaticamente “eu tô falando da Bíblia” (ROSE, 2009, Minuto 6:14) e “a verdade é a palavra” (ROSE, 2009, Minuto 14:30). No entanto, posteriormente, na mesma fala, usa argumentos externos à Bíblia, lógica que tinha descreditado na argumentação de Marcos Gladstone, utilizando a ciência para respaldar sua elucubração com um argumento de autoridade<sup>14</sup>:

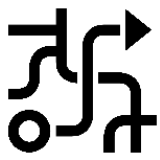
E um dado aqui, essa história de que alguém nasce homossexual, isso não existe, isso não tem prova científica, e aqui, eu, eu sou da área da ciência e entendo um pouquinho a brincadeira... o que é o homossexualismo? Eu vou definir aqui: um homem e uma mulher por determinação genética e homossexual por preferência aprendida ou imposta. Eu vou pegar homossexualidade, vou esquecer um pouquinho a teologia e vou definir o que é o ser humano: o ser humano é um ser psico- bio- sócio- espiritual, isso aqui é o ser humano. Vamo (*sic*) pegar a homossexualidade e vamo (*sic*) botar nisso que é o ser humano: o ser humano é um ser psico- bio- sócio- espiritual. Psicológico: passou, o camarada tem cabeça pra ser homossexual, bio: acabou, não tem anatomia homossexual, não tem ordem cromossômica homossexual, não tem parte de hipotálamo que dá frequência homossexual. E o que é a homossexualidade na Bíblia? Pecado! O que é a homossexualidade na Bíblia? Perversão. (ROSE, 2009 – 7:59 ao 9:04)

Nesse ponto, é interessante pensar na dupla legitimação que Malafaia tenta estabelecer para o seu discurso: por um lado ele se baseia na Bíblia e diz que ela é o cerne; por outro, algumas vezes entrando em contradição em uma mesma fala, levanta argumentos alegadamente calcados na ciência para defender que a homossexualidade seria uma patologia. Assim, para além da noção implícita no discurso de Malafaia de que

---

<sup>14</sup> É relevante observar aqui uma semelhança com fenômeno analisado por Montserrat Sagot (2012) ao tratar da atuação política de setores religiosos na América Central, cunhando o conceito de “neointegrismo” para abordar o processo de busca por conferir uma “falsa legitimidade laica” para assuntos com base em perspectivas religiosas, defendendo-os, inclusive, à luz de pautas relacionadas aos Direitos Humanos e das Mulheres, bem como aos das crianças e adolescentes.





Deus criou a natureza, de modo que o que ele estabelece como sendo as regras de Deus poderia ser verificado também pela ciência, uma vez que a natureza seria obra divina, o que Malafaia busca, ao acionar argumentos em campos distintos, é fortalecer o seu ataque. Seja pela “Palavra” ou pela “Ciência”, a “prática homossexual” estaria errada, constituindo um outro a ser salvo e/ou curado, em um contexto em que a autoridade de Malafaia é duplamente assegurada<sup>15</sup>.

O debate entre esses pastores e os demais membros de suas denominações sobre o que seria a homossexualidade ou a família, segundo critérios bíblicos ou laicos, não é só uma disputa conceitual ou confessional, mas uma disputa por poder, o que fica mais evidente quando Malafaia busca desacreditar a igreja comandada por Marcos Gladstone e sua própria posição como pastor:

Não tem uma prova científica de homossexualidade, a Bíblia condena a prática homossexual, é pecado! E eu queria dizer uma coisa aqui pra todo mundo (...): você pode abrir uma igreja e botar o nome de católica, você pode dizer que é padre. Mas pra Igreja Católica, nem aquilo é igreja e nem você é padre. Por quê? Num país livre, você pode botar! Então eu queria afirmar aqui: nós, evangélicos, não temos igrejas de homossexuais; nós, evangélicos não temos pastores homossexuais. (ROSE, 2009 – Minuto 12:11 ao 12:53)

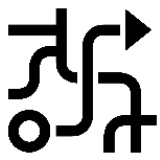
Temos aí um ponto de extrema relevância a investigar na comparação entre uma e outra igrejas: quando disputam os sentidos da existência LGBTQIA+, através, sobretudo, da disputa em torno da definição de família, o representante de uma instituição tenta invalidar a outra. O que tiver mais sucesso em arrebanhar fiéis com sua versão terá mais poder, mais influência, mais recursos.

Quanto a isso, cabe trazer a definição de Fátima Weiss de Jesus sobre o que ela entende por “campo religioso”:

Entendo campo religioso, através de Bourdieu (1992), isto é, como um espaço social caracterizado pelas disputas entre especialistas religiosos e leigos (aqueles estranhos ao sagrado e/ou ao corpo administrador do sagrado). E, principalmente, como um espaço social marcado pelas relações de disputas, no meio dos diversos especialistas, entre si, pela imposição do religioso e das diferentes maneiras de desempenhar as ações religiosas e, conseqüentemente, pelas disputas em torno da acumulação dos capitais religiosos. (WEISS DE JESUS, 2010, p. 14)

---

<sup>15</sup> Cabe destacar que Malafaia é formado em psicologia e frequentemente utiliza essa formação como uma fonte de legitimação de seus discursos.



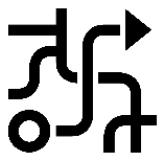
Não é à toa que o debate entre Malafaia e Gladstone se deu no programa destinado a “assuntos polêmicos” daquela rádio evangélica, e a aba de vídeos onde Malafaia aborda essas questões em seu *site* carrega a mesma alcunha. Sendo um conflito baseado em um tema polêmico, certamente ele terá uma grande capacidade de mobilização; a polêmica mobiliza multidões, paixões e cifras. Cabe, portanto, analisar as disputas de poder que perpassam também competições por legitimidade e reconhecimento de autoridade. O que é que se ganha com essa polêmica?

Observadas as divergências que saltam mais aos olhos, cabe registrar também que há similitudes doutrinárias entre os dois pastores, inclusive com relação a modelos familiares que, em ambas as Igrejas, mesmo naquela que é chefiada por um pastor homossexual, segue-se um modelo patriarcal. Assim, se em um olhar mais rápido, a Igreja Contemporânea, ao abarcar as existências LGBTQIA+, a princípio, aparenta se opor completamente à concepção de família defendida pela AVEC, sob uma análise um pouco mais aprofundada, percebemos que a concepção que a primeira traz acerca da “família” e dos papéis de gênero, mesmo em uma relação “entre iguais” (GLADSTONE, 2016), em muito se assemelha ao modelo de “família tradicional” que lhe nega a existência. Podemos pensar em uma metáfora de mudança dos personagens, mas com um *script* que se mantém quase o mesmo.

É o que verificamos, por exemplo, quando Gladstone dita, assim como Malafaia, a submissão de uma das partes para manter a instituição familiar. No contexto do que ele chama de “conflitos relâmpagos” entre cônjuges, ele prescreve a abnegação de uma das partes: “já perdi as contas de quantas vezes eu pedi perdão pelo que não fiz”, afirmando que “você só terá sucesso na sua vida a dois se aprender a solucioná-los [os conflitos conjugais] da forma de Deus, que é exatamente como ensinamos aqui” (GLADSTONE, 2016, p. 39-40).

### **ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS**

A respeito das semelhanças, diferenças e disputas entre as duas instituições, cabem as indagações que já contribuem para uma complexificação do debate no campo historiográfico e que podem servir de solo fértil para mais problematizações: como se dá a mobilização dessas questões em cada uma das instituições? Quais os interesses que subjazem a esse movimento? O que se ganha e o que se perde ao se posicionar, seja favorável ou contrariamente a pessoas e vivências LGBTQIA+? O que existe de comum



e o que é distinto entre essas instituições, e, ainda, como se dá o diálogo entre elas? E quem não se encaixa no padrão estabelecido por uma ou outra Igreja, onde e como fica?

Para além de um sem-número de questões e problemas de investigação que este tema apresenta, dois panos de fundo se colocam: o primeiro, que deve ser entendido no seu conjunto, qual seja, o de perceber, por múltiplas evidências, de que forma a agenda de existência LGBTQIA+ se apresenta no contexto brasileiro, social e historicamente definidos; e, o segundo, acerca do conservadorismo religioso cristão que se apresenta com múltiplas faces. Parece ser evidente que há um conservadorismo religioso cristão no discurso aqui apresentado de Silas Malafaia e na forma como foi tratado por diferentes ações de um governo notadamente conservador, como foi o caso de Bolsonaro.

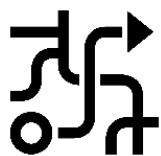
No entanto, e isso é significativo, há ganhos e retrocessos em governos progressistas como aqueles representados pelos petistas Lula e Dilma, bem como nas ações de Temer após sua polêmica ascensão ao poder. É preciso aprofundar essas discussões e entender, sob o ponto de vista da análise histórica, quais atores estiveram envolvidos nesses processos. Porém, um dado que é bastante relevante é perceber como há uma espécie de moldura narrativa em que os dois pastores se apresentam. Nos dois discursos, o elemento de referência e respaldo é a Bíblia. O que se coloca em jogo é a disputa por sua interpretação.

Porém, não defendemos aqui a máxima do senso comum que propala que “existem muitas interpretações e cada um escolhe a sua”, pois: (i) em um Estado laico, a agenda pública deve ser inclusiva, diversa e justa; (ii) nenhuma interpretação pode respaldar crimes de preconceito, ódio ou intolerância - qualquer uma dessas posturas, sob o pretexto da “interpretação”, está errada e deve ser combatida -; (iii) as experiências religiosas devem ter seus espaços livres, desde que não cometam os crimes prescritos no documento constitucional brasileiro; e (iv) as existências humanas, em suas dignidades plenas, constituem um bem máximo e nenhuma delas deve se sobrepor às outras.

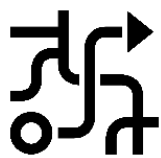
## REFERÊNCIAS

BARBO, Daniel. Eros político – entre os gregos antigos, as relações homoeróticas eram marcadas por um sentido hierárquico. In: *Revista da Biblioteca Nacional*. Dossiê Homossexualidades: da perseguição à luta por igualdade, ano 10, n. 119, 2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



- CHUVA, Luiza. *O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: estratégias territoriais de expansão neopentecostal no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- GLADSTONE, Marcos. *Amor entre iguais em 10 lições*. Rio de Janeiro: sem editora, 2016.
- GLADSTONE, Marcos. *A Bíblia sem preconceitos*. Rio de Janeiro: sem editora, 2015.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GOMES, Verônica. As leis da Intolerância. In: *Revista da Biblioteca Nacional*. Dossiê Homossexualidades: da perseguição à luta por igualdade, ano 10, n. 119, 2015.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma História Comparada. In: BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998. p. 205-216.
- MALAFAIA, Silas. *O cristão e a sexualidade*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2007.
- MALAFAIA, Silas. *Vencendo as tentações*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2007.
- MALAFAIA, Silas. *Vínculos do amor*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2012.
- PEREIRA, Matheus Mazzilli. Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda. In: Nexo Jornal Ltda. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda>. Acesso em 29/07/2022. Edição de 19/04/2022.
- RODRIGUES, Julian. Damares e o desmonte LGBTI. In: A Terra é Redonda. Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/damares-e-o-desmonte-lgbti/#\\_ednref7](https://aterraeredonda.com.br/damares-e-o-desmonte-lgbti/#_ednref7). Acesso em 28/09/2021. Edição de 15/01/2021.
- ROSE, Robert. Debate tema: Homossexualismo com Pastor Silas Malafaia e Marcos Gladstone da Igreja Contem. Youtube, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7GdSDA7QIDU&t=871s> Acesso em 29/07/2021.
- SAGOT, Montserrat. ¿Un paso adelante y dos atrás? La tortuosa marcha del movimiento feminista en la era del neointegrismo y del "fascismo social" en Centroamerica. In: CAROSIO, Alba (org.). *Feminismo y cambio social en America Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 75-100.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.



VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Viver e lutar – Surgimento da Aids realimentou preconceitos contra os homossexuais, mas fez nascer uma nova militância no 15 país. In: *Revista da Biblioteca Nacional*. Dossiê Homossexualidades: da perseguição à luta por igualdade, ano 10, n. 119, 2015.

WEISS DE JESUS, Fátima. A cruz e o arco-íris: refletindo sobre gênero e sexualidade a partir de uma “Igreja inclusiva” no Brasil. In: *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 12, n. 12, out. 2010, p. 131-146.

Recebido em 08/05/2023

Aprovado em 29/06/2023